



ATA

11ª Reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, no Centro Interpretativo do Parque Natural de Montesinho, Casa da Vila, em Vinhais, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, deu-se início aos trabalhos da décima primeira reunião da Comissão de Cogestão (CC) do Parque Natural de Montesinho (PNM). -----

Presenças -----

Estiveram representadas as seguintes individualidades e entidades constituintes da CC: -----

- Hernâni Dias, Presidente do Município de Bragança, que presidiu; -----
- Martinho Martins, Vice-Presidente do Município de Vinhais, em representação de Luís Fernandes, Presidente do mesmo Município; -----
- Sandra Sarmiento, Diretora Regional do Norte do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; -----
- Francisco Ribeiro, Delegado das Terras de Trás-os-Montes da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----
- Carlos Silveira, Docente e Investigador do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e membro da Estrutura de Apoio à CC, em representação de Orlando Rodrigues, Presidente do IPB; -----
- Sara Pinto, Segunda Vogal da AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, em representação da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; -----
- João Cameira, Presidente da Direção da Azimute – Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente; -----
- Abel Pereira, Presidente da Direção da Arborea – Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana. -----

Estiveram ainda presentes -----

- Jorge Dias, Diretor do Departamento Regional da Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte do ICNF; -----
- Isabel Freitas, Chefe de Divisão da Cogestão das Áreas Protegidas do Norte do ICNF; -----
- Telmo Afonso, Técnico Superior do ICNF e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Marília Claro, Técnica Superior do Município de Vinhais e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Márcia Moreno, Técnica Superior do Município de Bragança e Técnica do Modelo de Cogestão. -----

Ordem de trabalhos -----

1. Análise, discussão e aprovação das medidas e ações do terceiro eixo estratégico, a integrar no Plano de Cogestão do PNM; -----



2. Análise e discussão do protocolo-modelo e identificação das entidades-chave do território para estabelecimento de protocolos de parceria; -----

3. Análise e aprovação dos 44 indicadores de realização; -----

4. Outros assuntos. -----

Confirmadas as presenças dos membros da CC convocados, o Presidente da Comissão de Cogestão, Hernâni Dias, deu início à reunião, desejando as boas-vindas aos presentes e votos de um bom ano. Deu seguimento à reunião com a apresentação dos pontos da ordem de trabalhos. -----

Ponto 1. Análise, discussão e aprovação das medidas e ações do terceiro eixo estratégico, a integrar no Plano de Cogestão do PNM; -----

O Presidente da Comissão de Cogestão iniciou a sua intervenção, indicando que iria dar continuidade à reunião da CC anterior, nomeadamente, a análise das medidas e ações do terceiro eixo estratégico que vão integrar o Plano de Cogestão do PNM. Para esse fim, manteve a dinâmica anteriormente determinada que consistia na leitura individual de cada ação, abrindo, posteriormente, uma discussão em plenário entre os membros presentes, para posterior deliberação de aprovação ou eliminação da ação. -----

No final da análise e discussão foi, assim, aprovado, na generalidade, o pacote de medidas e ações apresentados na décima e décima primeira reuniões e ficou determinado que Márcia Moreno iria dar início à redação da proposta de Plano de Cogestão do PNM.-----

Jorge Dias pediu a palavra para informar os membros presentes acerca da proposta do ICNF relativa ao eixo da Comissão de Acompanhamento, que também vai integrar o Plano de Cogestão, que inclui, exclusivamente, medidas e ações dedicadas à conservação e preservação da natureza. Acrescentou que esta proposta ainda se encontra em fase de elaboração e compromete-se a enviar, em breve, a referida proposta para uma apreciação por parte dos membros da Comissão de Cogestão. -----

Ponto 2. Análise e discussão do protocolo-modelo e identificação das entidades-chave do território para estabelecimento de protocolos de parceria; -----

Hernâni Dias apresentou o ponto dois da ordem de trabalhos, tendo referido que o protocolo-modelo em análise foi, previamente, enviado aos membros convocados. Os presentes concordaram com a redação proposta e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Presidente da CC determinou, com a anuência dos membros presentes, que a Técnica de Cogestão enviaria um e-mail a solicitar contributos para a definição de potenciais entidades-chave do território para o estabelecimento de protocolos de parceria. -----

Ponto 3. Análise e aprovação dos 44 indicadores de realização; -----

O Presidente da Comissão apresentou o ponto três da ordem de trabalhos, tendo lembrado que, de facto, estes indicadores já tinham sido aprovados em reunião anterior. Todavia, uma vez que, numa reunião mais recente, foi proposto acrescentar-se indicadores específicos no âmbito da temática da “agricultura e desenvolvimento rural”, Hernâni Dias considerou que este assunto teria que ser novamente deliberado para aprovação. Os membros presentes analisaram os cinco novos indicadores, após uma breve explicação de Francisco Ribeiro, e, por unanimidade, deliberaram a sua



integração na lista de indicadores de realização. O Presidente da CC concluiu, assim, que a CC do PNM assume o compromisso de monitorizar, ao longo dos próximos anos, um conjunto de 44 indicadores de realização, um número que ultrapassa claramente os 21 indicadores obrigatórios definidos na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março. -----

Ponto 4. Outros assuntos; -----

Hernâni Dias introduziu nesta fase da reunião os resultados da avaliação preliminar às candidaturas ao Fundo Ambiental. Foi unânime que estes resultados foram positivos para o PNM, tendo sido aprovadas para financiamento quatro das cinco candidaturas submetidas em outubro de 2022. Todavia, acrescentou que a candidatura unanimemente considerada prioritária para o PNM foi avaliada como não elegível e, seguidamente, passou a palavra à Técnica de Cogestão para esclarecer o sucedido. Márcia Moreno contextualizou o processo, tendo explicado que, à semelhança de outros beneficiários, o Presidente da CC recebeu uma notificação do Fundo Ambiental no dia 28/10/2022, sexta-feira, às 19:40, que solicitava o envio da cartografia num formato diferente ao submetido, dispondo de dois dias úteis para prestar os devidos esclarecimentos. No dia 31/10/2022, designadamente no primeiro dia útil, foi submetida na plataforma do Fundo Ambiental uma planta em formato pdf, com a identificação e localização das 93 placas de sinalização a instalar no PNM. A Técnica acrescentou que após a inserção do documento, e como é habitual nestes processos de candidaturas do Fundo Ambiental, de imediato o estágio de registo da candidatura foi alterado, passando a indicar “em verificação”. Márcia Moreno informou que aquando esta alteração fez um “print screen” e enviou, de seguida, um email dando conhecimento à equipa do projeto da submissão da resposta na plataforma do Fundo Ambiental, tendo por isso garantia e prova de que o ficheiro solicitado foi, efetivamente, submetido dentro dos prazos estabelecidos. A par da avaliação do Fundo, Márcia Moreno passou a ler o item das “Observações” do relatório preliminar, onde também vem mencionado que “[...] o proponente não enviou os elementos solicitados. Pelo que não se conhece a localização das áreas de intervenção do projeto, não se conseguindo fazer uma avaliação completa da candidatura.” Face ao exposto, os membros presentes foram da opinião que deve ser apresentada pronúncia nesta fase de audiência prévia. -----

Hernâni Dias deu continuidade à reunião, solicitando um esclarecimento relativo a um projeto independente e autónomo ao Modelo de Cogestão, relacionado com um programa de ações de formação e capacitação dos técnicos cogestores, da responsabilidade do ICNF. Este programa vai iniciar em janeiro de 2023 e terá uma duração de um ano e meio, o qual prevê ações presenciais que obrigam à deslocação e alojamento da Técnica de Cogestão do PNM. Assim, o Presidente questiona se o referido projeto, para além das ações previstas, inclui verba para esta tipologia de despesas ou se as mesmas terão que ser apresentadas nos relatórios físicos e financeiros ao abrigo do protocolo entre o Município de Bragança e o Fundo Ambiental, relativo à contratação da Técnica de Cogestão do PNM, apesar das ações de formação e capacitação não estarem protocoladas. Sandra Sarmento respondeu que, de facto, a candidatura do ICNF relativa ao programa de formação e capacitação não inclui o pagamento das despesas dos participantes, pelo que estas deverão ser apresentadas nos relatórios ao abrigo do protocolo, como despesas diretamente afetadas à Técnica. Hernâni Dias, no sentido de clarificar o assunto, reforçou, todavia, que no protocolo celebrado não está incluído o programa de ação e capacitação, pelo que considera expectável que as despesas de deslocação e alojamento dos Técnicos da Cogestão não sejam elegíveis. Acrescentou, ainda, que, sendo o ICNF o



único responsável e beneficiário da referida candidatura do programa de formação, deveria ser esta entidade a suportar as despesas dos participantes. Sandra Sarmento concluiu que iria clarificar este assunto. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CC deu por encerrada a reunião pelas dezassete horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Cogestão e pela Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, Ílária Moreno que a secretariou.

Hernâni Dias

(Presidente do Município de Bragança e Presidente da Comissão de Cogestão do PNM)